

À Petrobras
A/C da Presidência e Conselho de Administração

Assunto: Pela interrupção imediata do fornecimento de petróleo à máquina genocida israelense

São Paulo, 7 de agosto de 2025

Senhoras e senhores,

A Petrobras, como empresa estratégica para o Brasil e símbolo da soberania nacional sobre nossos recursos naturais, tem um papel central nas decisões sobre a destinação do petróleo extraído em território brasileiro. Mesmo com a crescente presença de capital estrangeiro em sua estrutura, a Petrobras continua sendo uma empresa pública, submetida ao interesse nacional e aos princípios da Constituição Federal, que consagra o respeito aos direitos humanos e à prevalência dos direitos dos povos na condução das relações internacionais.

Neste contexto, dirigimo-nos à Petrobras para reafirmar a necessidade urgente de um posicionamento público, firme e transparente diante do genocídio em curso contra o povo palestino, especialmente no que diz respeito à exportação de petróleo e derivados que abastecem a máquina de matar israelense.

Em 2024, a organização internacional Oil Change International publicou o relatório *“Por trás do barril: novas percepções sobre os países e empresas responsáveis pelo fornecimento de combustível para Israel”*¹. O Brasil aparece como o quarto maior fornecedor de petróleo e derivados ao regime israelense, sendo responsável por cerca de 9% do total exportado para Israel entre outubro de 2023 e junho de 2024.

No mês de julho de 2025, a relatora especial da ONU para os territórios palestinos, Francesca Albanese, acusou empresas multinacionais de se beneficiarem do genocídio. Para sustentar essa declaração, apresentou relatório ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas com o título *“Da economia da ocupação para a economia do genocídio”*², onde identifica empresas e países que se beneficiam economicamente do genocídio, com destaque para o papel crescente dos campos petrolíferos brasileiros no abastecimento das forças armadas israelenses.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem feito declarações contundentes de denúncia ao genocídio, e o Brasil recentemente aderiu formalmente ao processo na Corte Internacional de Justiça contra Israel, também cortando a exportação de equipamentos militares à ocupação israelense. No entanto, tais iniciativas diplomáticas precisam ser acompanhadas por ações materiais coerentes – entre elas, o corte imediato da exportação de petróleo para Israel.

Segundo investigação do jornalista Jamil Chade, as exportações brasileiras de petróleo para Israel cresceram 51% em 2024, totalizando 2,9 milhões de barris. Apesar disso, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) tem sido omisso ao não divulgar informações claras sobre quais empresas estão envolvidas nesse comércio. Essa falta de transparência contradiz os compromissos assumidos pelo Brasil no campo dos direitos humanos e dificulta o controle social sobre uma questão de extrema gravidade.

¹ No original: “Behind the Barrel: New Insights into the Countries and Companies Behind Israel’s Fuel Supply”. Disponível em: <<https://oilchange.org/>>. Acesso em 30.07.2025.

² No original: “From Economy of Occupation to Economy of Genocide”. Disponível em: <un.org/unispal/>. Acesso em 30.07.2025.

A Petrobras, por sua vez, tem afirmado não participar da exportação de petróleo à Israel. Sendo este o caso, é essencial que a empresa adote uma postura pública ativa, pressionando o governo federal e, especialmente, o MDIC, para que sejam divulgados relatórios discriminando as empresas envolvidas nas exportações para Israel.

É preciso lembrar que a privatização parcial da Petrobras e a abertura do setor petrolífero a multinacionais resultaram em uma perda significativa de soberania sobre o destino do petróleo brasileiro. Hoje, 45% do capital da Petrobras está nas mãos de investidores estrangeiros, e o petróleo extraído em solo nacional frequentemente escapa do controle público, sendo direcionado aos interesses de consórcios como Shell, TotalEnergies e BP.

A necessidade urgente de um embargo global total de energia para frear o genocídio é evidente. Solicitamos a adoção de medidas imediatas, incluindo o comprometimento da Petrobras na transparência dos dados e na suspensão da venda e/ou o transporte de suprimentos energéticos a Israel, inclusive àquelas empresas que possam revendê-los à ocupação israelense.

Não podemos permitir que o petróleo brasileiro alimente tanques e aviões usados na destruição de um povo.

Nenhuma gota a mais para o genocídio! Embargo energético já!

Atenciosamente,
Frente Palestina de São Paulo

Fontes:

BBC | [Petrobras e outras 3 empresas da América Latina acusadas de se 'beneficiar do genocídio' em Gaza por relatora da ONU](#), por Norberto Paredes

Esquerda Diário | [Em 2024, Brasil aumentou 51% da exportação de petróleo para Israel abastecer a máquina de guerra sionista](#), por Leandro Lanfredi

UOL | [Venda de combustível brasileiro a Israel sobe 51% em meio a ofensiva a Gaza](#)

Federação Única dos Petroleiros (FUP) | [FUP e FNP cobram de Lula embargo energético a Israel contra o genocídio em Gaza](#)

ONU – Relatório | [FROM ECONOMY OF OCCUPATION TO ECONOMY OF GENOCIDE: Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967](#), por Comissão de Direitos Humanos e a Questão da Palestina

Opera Mundi | [O petróleo brasileiro e o genocídio palestino](#), por Francisco Gonçalves e Souza